



Evento	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2014
Local	Porto Alegre
Título	O Pacte Civil de Solidarité no Code Napoléon
Autor	PATRICIO ALVES DE SOUZA
Orientador	LISIANE FEITEN WINGERT ODY

O presente estudo é produto de trabalho de pesquisa realizado em satisfação aos requisitos do Programa Jovens Talentos para a Ciência, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem por objetivo, *prima facie*, analisar o *pacte civil de solidarité*, resultado de inovadora técnica legislativa francesa em sede de direito das pessoas e da família. O tema adquire importância na medida em que o Direito, dinamicamente, se desenvolve como meio para a tutela de bens jurídicos que surgem como fatos jurídicos *lato sensu*. Nesse sentido, o pacto civil de solidariedade se apresenta como uma tentativa de regularizar a situação de indivíduos que não desejam ou não podem contrair matrimônio pelos meios convencionais, como é o caso dos casais homossexuais. Ato contínuo, esse instituto do direito francês tem natureza contratual, ou seja, submete-se a todas as disposições gerais do *Code Civil* relativas aos contratos, estando sua formação e sua dissolução regulamentadas pela lei. Assim sendo, as partes podem modular os efeitos do contrato no limite do convencionado pelo legislador, uma vez que este se preocupou em fixar os efeitos legais tanto de ordem pública quanto os supletivos da vontade das partes. Mesmo sendo um ato contratual, o pacto de solidariedade cria um laço pessoal entre os parceiros, sem, no entanto, estabelecer ligações *inter* famílias. Patrimonialmente, há uma série de restrições quanto à comunhão dos bens adquiridos e das obrigações estabelecidas sob a vigência do contrato, de forma que o regime da separação de bens é considerado o regime legal. Em última análise, o estudo do *pacte civil de solidarité* e de seus efeitos é de extrema relevância para o direito nacional, visto que apresenta uma técnica jurídica que permitiria a regulamentação de um tipo de relação jurídica que hoje se encontra numa área de penumbra da legislação brasileira.